

## **“Negra não serve, coloquem a Negra no seu lugar”: profissões, gênero e raça**

**Thays Alves de Oliveira<sup>1</sup>**

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*

**Daniele Costa Silva<sup>2</sup>**

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

**Vanessa Franco Neto<sup>3</sup>**

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma discussão referente às profissões pré-estabelecidas ou, como temos trabalhado, inventadas, às mulheres negras, devido à cor de sua pele. Indagamos o lugar que o corpo das mulheres negras tem ocupado nos espaços profissionais, em específico no espaço acadêmico como docentes. Pensando nisso, por meio de narrativas produzidas para pesquisa de Mestrado em Educação Matemática, problematizamos e discordamos das normalizações assim como as padronizações que a construção social impõe dia após dia às mulheres negras. Discutimos a invenção dos espaços para essas mulheres que têm tentado subverter e se tornar pertencentes a eles. Apresentamos e “concluimos” que postos de trabalho superexplorados, em específicos os de servidão, são geralmente atribuídos a determinadas formas de vida, determinados corpos. Diante disso, nosso artigo não apresentará uma produção que sanará e responderá suas dúvidas. Queremos pensar e dialogar com as leitoras para, no final - ou no início - nos questionarmos: Que profissões são ditas para mulheres negras? Por que são ditas? Quem define quem diz? Quem dá o direito de definir? Quem ocupa os espaços das Universidades, ou seja, quem tem ocupado os espaços de poder?

**Palavras-chave:** Invenções; Pertencimento; Mulheres Negras; Profissões.

## **“Black women are no good, put Black women in their place”: professions, gender and race**

### **ABSTRACT**

This article aims to present a discussion regarding pre-established or, as we have been working, invented, professions for black women, due to the color of their skin. We inquire about the place that the body of black women has occupied in professional spaces, specifically in the academic space as teachers. With this in mind, through narratives produced for Master's in Mathematics Education research, we problematize and

---

<sup>1</sup> Licenciada em Matemática – Licenciatura pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Atualmente é mestranda em Educação Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3744-6324>. E-mail: [thays.alves@ufms.br](mailto:thays.alves@ufms.br).

<sup>2</sup> Doutora em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é professora associada na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Cornélio Procópio (UTFPR - CP). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0684-8024>. E-mail: [danielesilva@utfpr.edu.br](mailto:danielesilva@utfpr.edu.br).

<sup>3</sup> Doutora em Educação Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2129-8040>. E-mail: [vanessa.neto@ufms.br](mailto:vanessa.neto@ufms.br).

disagree with the normalizations as well as the standardizations that social construction imposes on black women day after day. We discuss the invention of spaces for these women who have tried to subvert and become belonging to them. We present and “conclude” that overexploited jobs, specifically those of servitude, are generally attributed to certain forms of life, certain bodies. Therefore, our article will not present a production that will resolve and answer your doubts. We want to think and dialogue with readers so that, in the end - or at the beginning - we ask ourselves: What professions are designated for black women? Why are they said? Who defines who says? Who gives the right to define? Who occupies the spaces of the Universities, that is, who has occupied the spaces of power?

**Keywords:** Invention; Belonging; Black Women; Professions.

## **“Las mujeres Negras no sirven, pon a las mujeres Negras en su lugar”: profesiones, género y raza**

### **RESUMEN**

Este artículo tiene como objetivo presentar una discusión sobre profesiones preestablecidas o, como venimos trabajando, inventadas, para las mujeres negras, debido al color de su piel. Indagamos sobre el lugar que ha ocupado el cuerpo de las mujeres negras en los espacios profesionales, específicamente en el espacio académico como docentes. En este sentido, a través de narrativas producidas para investigaciones de la Maestría en Educación Matemática, problematizamos y discrepamos con las normalizaciones y estandarizaciones que la construcción social impone día tras día a las mujeres negras. Discutimos la invención de espacios para estas mujeres que han intentado subvertirlos y volverse pertenecientes a ellos. Presentamos y “concluimos” que los trabajos sobreexplotados, específicamente los de servidumbre, generalmente se atribuyen a determinadas formas de vida, a determinados cuerpos. Por tanto, nuestro artículo no presentará una producción que resuelva y responda a tus dudas. Queremos pensar y dialogar con las lectoras para que, al final -o al principio- nos preguntemos: ¿Qué profesiones están designadas para las mujeres negras? ¿Por qué se dicen? ¿Quién define quién dice? ¿Quién da el derecho a definir? ¿Quién ocupa los espacios de las Universidades, es decir, quién ha ocupado los espacios de poder?

**Palabras clave:** Invenciones; Pertenencia; Mujeres negras; Profesiones.

## **O PROCESSO DE INVENÇÃO DO CORPO FEMININO E NEGRO**

Escrever esse artigo tem sido para nós, as autoras, um processo de descentralização dos modos como temos percebido e experienciado o mundo. Discutir os lugares que o corpo da mulher negra ocupa nos espaços profissionais por meio de excertos de narrativas produzidas para uma dissertação, é uma maneira de discordar e questionar as normalizações e padronizações que a construção social impõem dia após dia às mulheres e, em especial - que de especial não tem nada - às mulheres negras. E, toda essa discussão que faremos neste trabalho não faria sentido sem antes problematizar o lugar que deve/espera-se que mulheres negras possam ocupar ou até mesmo ocupem nos dias de hoje.

Durante um bom tempo temos percebido e nos apresentado a um modo de viver ocidentalizado que opera nos padrões inventivos da binarização: homem/mulher, feminino/masculino, certo/errado, bem/mal, heterossexual/homossexual e outros *n+1* binarismos por aí afora. Interpretamos, baseadas em Oyěwùmí (2021), que esses dualismos e outros podem ser entendidos como variações da binarização

feminino/masculino que são postas de maneira ordenada e hierarquizada, inventadas para a diferenciação, distanciamento e organização social. Por mais que tentemos negar e, em alguns momentos, fingir (ou até mesmo não nos darmos conta, por estarmos tão imersos no sistema) que estamos conseguindo subverter esses modos que vivemos na sociedade, uma sociedade ocidentalizada, o fato é que não conseguimos deixar de (re)produzir conhecimentos e práticas de uma racionalidade específica, e acabamos por vivenciar as armadilhas que as capturas colonizadoras nos impuseram e ainda nos impõem diariamente.

Grupos sociais diversos assumem variadas e inventadas práticas para se organizarem. Esses processos não são, de forma alguma, naturais. A racionalidade biológica que ampara muitas práticas ocidentalizadas e que ao longo da história vem sendo utilizada como instrumento para justificar opressões de toda ordem, contribui para uma percepção de que esses processos são “naturais”, que são da “natureza humana”, este movimento é chamado determinismo biológico, instrumento ainda em franco uso para justificar diversos eixos de opressão<sup>4</sup>. No Brasil, em decorrência de processos históricos, como a escravização, essa biologia é bastante pautada pela raça, ou seja, uma biologia racial<sup>5</sup>, naturalizando uma estratificação social entre homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. A lógica cultural das sociedades ocidentalizadas acredita, e tem reverberado isso para o resto do mundo, que a racionalidade biológica define o que os sujeitos são, como são vistos e como vão viver socialmente.

Essas validações são feitas a partir dos conhecimentos derivados dos Estados Unidos da América - EUA e da Europa. Isso tem acontecido quando nós categorizamos quais corpos são considerados superiores e quais são inferiores para que, assim, sejam criadas posições socialmente favoráveis a algum dos grupos e, no caso aqui, para favorecer os homens. É fácil colocarmos todos os homens em caixas sem mencionar que temos falado de um homem em específico. Colocar o homem negro no patamar do branco é o mesmo que pensar em um feminismo universal, pois o homem negro foge do padrão

---

<sup>4</sup> Sobre esse assunto, há uma interessante reportagem que aborda, entre outros, o caso emblemático de Sarah Baartman. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/06/como-ciencia-contribuiu-com-machismo-e-racismo-ao-longo-da-historia.html>

<sup>5</sup> É importante pontuar que vivemos em uma sociedade que usufrui da biologia para validar e desvalidar os lugares sociais de determinados corpos “biologicamente as mulheres são mais frágeis que os homens, para trabalhos braçais”. Se, olharmos para o Brasil essa validação é realizada por meio de uma biologia racial, pois se tem propagado, de maneira explícita e implícita, que corpos negros não servem para determinados espaços. Ou seja, utilizamos de uma biologia racial para determinar quem pode e quem não pode realizar determinadas tarefas.

socialmente imposto e não está na mesma posição de poder que homens brancos, cis, heteronormativos, e é desse homem padronizado, também inventado, que estamos falando quando dizemos “homem”. Mas, o que queremos dizer é que, socialmente, ser homem é ser privilegiado em detrimento da mulher e da mulher negra.

Assim, a biologia e a biologia racial, opera como uma política de organização do mundo social e tem sido utilizada para segregar socialmente, porque

quem está em posições de poder acha imperativo estabelecer sua biologia como superior, como uma maneira de afirmar seu privilégio e domínio sobre os “Outros”. Quem é diferente é visto como geneticamente inferior e isso, por sua vez, é usado para explicar sua posição social desfavorecida (Oyèwùmí, 2021, p. 27).

Nos parece certo pensar, em conjunto com a Oyèwùmí (2021, p. 16), que as “categorias sociais como ‘mulher’ são baseadas em um tipo de corpo e são elaboradas em relação, e em oposição, a outra categoria: homem”. Sendo assim, refletimos que a “mulher” foi um grupo categorizado para que outro, o “homem”, pudesse usufruir de seus desejos e posição de privilégio social. É fácil e triste ao mesmo tempo para nós, mulheres, não pensarmos e, muito menos, falarmos em privilégios, devido às categorizações que nos colocam em papéis de submissão. Qual [tipo de] corpo tem ocupado espaços socialmente prestigiados e privilegiados? O da Mulher? O da Mulher Negra? Interpretamos que NÃO!

Temos chamado de corpo aquilo que influencia social, econômica, e educacionalmente na sociedade. Então, o corpo, e quando falamos o corpo estamos falando do corpo do homem, que é a base de categorias sociais, da organização do mundo, da inclusão e da exclusão, é o fundamento que constrói o pensamento e as identidades sociais. Ou seja, estamos falando de um corpo social, mas não podemos deixar de mencionar que quando falamos de corpo, também, estamos falando do corpo elaborado por uma racionalidade biológica. E, as características que esse corpo carrega, na nossa sociedade, informam as profissões, os lugares sociais e físicos que esse corpo deveria ocupar/exercer.

A invenção acontece quando, em decorrência dos processos de colonização e colonialidade, e dentre outros processos sociais e históricos que nos condicionam a acreditar e reverberar que a biologia racial, e não somente ela, é a base para a classificação social. Este corpo masculino e branco, apesar de suas particularidades, dificilmente terá esses enfrentamentos: numa sociedade ocidentalizada, hierárquica, patriarcal e

biologizante. Nesse contexto, biologicamente, se você performa em um corpo masculino, e esse corpo sendo branco, dificilmente sofrerá com problemas de representatividade e pertencimento. Na realidade, o corpo são os outros, aqueles que correspondem à norma (homem padrão) dificilmente discutem a ideia de corpo.

No patriarcado, homens são árbitros de identidade, tanto da masculina quanto da feminina, porque a norma cultural da identidade humana é, por definição, identidade do homem – a masculinidade. E, no patriarcado, a norma cultural da identidade do homem consiste em poder, prestígio, privilégio e prerrogativa acima e contra a classe das mulheres. Isso é masculinidade. Não é qualquer outra coisa (hooks<sup>6</sup>, 2020, p. 164).

Durante o processo de colonização foram criadas hierarquias em que o gênero e a raça serviram como base para as diversas organizações sociais. Essas categorias eram utilizadas para classificar quais ficariam no topo e quais ficariam na base, se pensarmos em uma pirâmide em que no topo ficam os privilegiados e a base os que ficam na margem, os marginalizados socialmente. Não precisaríamos ir muito longe para sabermos que no topo ficavam os homens brancos, em seguida as mulheres brancas, depois os homens negros e no final, à margem, as mulheres negras assim como: as mulheres transsexuais e as mulheres transsexuais negras, que também ocupam seus espaços na margem social. Dentre as inúmeras desigualdades que essas mulheres sofrem, a sexual e a racial estão muito bem definidas e articuladas na nossa realidade brasileira, pois “o caráter duplo de sua condição biológica - racial e/ou sexual - as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente” (Gonzalez, 2020, p. 145).

Segundo Gonzalez (2020)<sup>7</sup>, as ideologias da classificação social não podem deixar de ser vistas como hierárquicas na nossa sociedade, são segregações raciais que foram herdadas pois “nesse contexto, a segregação de mestiços, índios ou negros se torna necessária, porque as hierarquias garantem a superioridade dos brancos como grupo dominante” (Gonzalez, 2020, p. 143).

Segundo Oyěwùmí (2021), e fazendo um paralelo com o Brasil que em alguns pontos não se diferencia da sociedade Iorubá pós-colonização, as mulheres negras foram

---

<sup>6</sup> bell hooks é pseudônimo utilizado pela intelectual negra Gloria Jean Watkins, como uma homenagem aos sobrenomes da mãe e da avó. Como posicionamento político, o pseudônimo é grafado em letras minúsculas, pois ela acredita que nomes e títulos não devem possuir mais valor do que as ideias.

<sup>7</sup> Essa referência, embora tivesse sido publicada em 2020, é uma compilação de ensaios, intervenções e diálogos realizados por Lélia Gonzalez entre 1975 e a primeira metade dos anos 1990.

colonizadas pelos europeus de dois modos: como negras e como mulheres negras, ou seja, foram colonizadas pela raça e pela sua biologia racial. Como negras elas foram dominadas e exploradas, assim como o homem negro e, foram exploradas, inferiorizadas e marginalizadas como mulheres negras. As opressões de gênero e raça que essas mulheres sofreram e sofrem até os dias atuais, devem ser entendidas de maneira interseccional, em que não são compreendidas em termos de adição. Mas, que são pensadas de modo como elas se relacionam e assim experimentam e experienciam outras formas de opressões.

Então, desde muito cedo a inferiorização racial e a subordinação de gênero que foram legitimadas com o processo da colonização vem estabelecendo uma sociedade racista e machista, em que a falta de alguns recursos materiais e sociais afetam apenas uma parcela do todo, pois “a colonização, além de ser um processo racista, também foi um processo pelo qual a hegemonia masculina foi instituída e legitimada nas sociedades” (Oyěwùmí, 2021, p.230). Essa invenção de gênero e raça tem propagado uma dominação das ideologias políticas que replicam as ideias coloniais, que tem reforçado as desigualdades no cotidiano contemporâneo.

Longe de querer estabelecer reflexões que individualizem o racismo ou que se concentrem na situação específica de cada indivíduo racializado, ela se volta para os efeitos perturbadores do racismo na sociedade, cujos impactos podem ser vistos e sentidos tanto entre os sujeitos dominados quanto por quem exerce a dominação (Gonzalez, 2020, p. 16).

Esse processo de inferiorização do povo negro, em recorte as mulheres negras, cria e inventa identidades que precisam ser construídas, reconstruídas e destruídas pois,

a população negra brasileira se encontra numa situação que não é muito diferente de há noventa anos atrás, pois as formas de dominação e exploração não acabaram com a falsa abolição, mas simplesmente se modificaram. Continuamos marginalizados na sociedade brasileira que nos discrimina, esmaga e empurra ao desemprego, subemprego, à marginalidade, negando-nos o direito à educação, à saúde e a moradia decente (Gonzalez, 2020, p. 302).

O que estamos dizendo aqui é que nós, a sociedade, inventamos um padrão de corpo que passa e afirma suas credibilidades, “um corpo de homem dê credibilidade a seus enunciados, ao passo que o corpo de uma mulher o afasta dos dela” (Smith, 1987 *apud* Oyěwùmí, 2021, p. 16). O corpo tem sido entendido como ferramenta ou forma de categorizar a outra: Mulheres Negras não podem sair do quarto da empregada; Mulheres Negras não podem ser professoras universitárias; Mulheres Negras não gostam de Matemática; Mulheres Negras tem que saber sambar; Mulheres Negras... Indagamos, portanto, que lugares mulheres negras ocupam ou podem ocupar/exercer na sociedade?

## Que profissões as mulheres negras podem ocupar/exercer?

A raça, como atributo socialmente elaborado, está relacionada principalmente ao aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, isto é, a reprodução (formação-qualificação-submissão) e a distribuição dos agentes. Portanto, as minorias raciais não estão fora da estrutura de classes das sociedades multirraciais em que as relações de produção capitalistas – ou outras relações de produção, no caso – são as dominantes. Outrossim, o racismo, como articulação ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação, é o determinante primário da posição dos não brancos dentro das relações de produção e distribuição. Como se verá se o racismo (bem como o sexismo) torna-se parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, então a reprodução de uma divisão racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para preconceito e elementos subjetivos (Hasenbalg, 1979 *apud* Gonzalez, 2020, p. 34).

No Brasil, devido à herança escravocrata que sofremos, tanto no passado como no presente, inventamos diversas identidades raciais para justificar a exploração de minorias sociais. Segundo Ribeiro (2019, p. 11), a sociedade escravista “ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior”. E assim como a maioria dos países que foram colonizados, tomamos como norma, padrão e como universal, as construções ocidentais, americanas e europeias. Criou e solidificou-se a partir desse período, a ideia de que o corpo da mulher negra só serviria para certos tipos de funções e posições na sociedade, e nenhuma delas seria de poder, mas todas de submissão.

Por isso, é complicado pensarmos em mulheres negras que tiveram o privilégio de fazer uma graduação, que tiveram o privilégio de ocupar/exercer espaços profissionais nas Universidades. Porque o privilégio tem sido, ‘coisa de branco’. As mulheres negras que socialmente têm ocupado espaços de poder, não tiveram privilégio, o que elas fizeram - e têm feito - foi se apropriar de algumas oportunidades e brechas que foram surgindo, para que nas rachaduras que surgiam no vazio pudessem subverter esse lugar de submissão e assim, afirmar seu pertencimento nesses espaços de poder. Ou seja, estamos falando da força da mulher negra em afirmar que precisam ser percebidas. Mas, quando dizemos

sobre a ‘força’ de mulheres negras, referem-se à maneira como percebem que mulheres negras lidam com a opressão. Ignoram a realidade de que ser forte diante da opressão não é o mesmo que superá-la, que resistência não deve ser confundida com transformação (hooks, 2020, p. 25).

E, quando mencionamos sobre essas mulheres, muito se tem a dizer das categorizações que as colocam em espaços de submissão tanto por mulheres como por

homens, independente da raça. As opressões que elas sofrem cotidianamente tem nos mostrado que quanto mais opressão as mulheres negras sofrem menos se tem pertencimento e ocupação em espaços socialmente privilegiados, pois a desigualdade e os preconceitos têm sido utilizados para segregar e apontar quais corpos devem pertencer ali.

Como já temos discutido ao longo desse texto, gênero e raça são construções sociais, pois por meio dessas estruturações determinamos quais são os corpos que serão socialmente privilegiados, em detrimento de outros. E, isso tem corroborado a permanência das mulheres negras no papel de submissão, sempre ali para servir e ajudar nos sucessos dos outros e, esquecendo da sua própria ascensão.

O que veremos a seguir é como as invenções de raça e gênero têm colocado mulheres negras em espaços profissionais de servidão. E, como essas metanarrativas - a invenção do gênero e da raça - tem corroborado para a falta de representatividade e pertencimento em espaços que são socialmente de poder.

## **DE ONDE FALAMOS?**

O presente artigo surgiu de inquietações das autoras que ao lerem as narrativas produzidas para pesquisa de Mestrado que mostraram que a associação de mulheres negras à servidão é presente nos relatos.

*Carla - Quer ver uma coisa que me incomoda muito é estar comprando em uma loja, e chegar alguém e perguntar se eu sou funcionária da loja. É preconceito isso que eu estou falando? É preconceito, é horrível isso que eu estou falando, mas eu sempre questiono: Por que sempre acham que eu sou funcionária? Por causa da cor?*

Essa fala da Carla exemplifica como as mulheres negras são sempre colocadas nesse lugar de servir o outro. Trazemos essa fala para mostrar como experiências como essas atravessam boa parte das mulheres negras. Ser mulher e negra no Brasil é se deparar constantemente com perguntas inconvenientes como a apresentada, que se formos fazer uma análise minuciosa percebemos que isso nada mais é que o racismo estrutural que fomos condicionados a aprender assim que saímos da barriga de nossa mãe. O mencionado racismo estrutural opera de modo a naturalizar os racismos no cotidiano social (Almeida, 2020), nesse sentido, ele organiza e dá sentido às formas de vida disponíveis. Podendo ser entendido como uma tecnologia de poder, o racismo classifica e hierarquiza corpos e práticas, sendo, deste modo, estruturante socialmente.

Nas conversas que tivemos com as professoras negras que participam da pesquisa, percebemos que nas narrativas elas mencionavam e questionavam os lugares em que as mulheres negras são colocadas socialmente. Após algumas reuniões entre as autoras, percebemos que tínhamos que problematizar as profissões que são ditas para essas mulheres e, com isso, refletir como essas mulheres são sempre colocadas em prova quando performam outras profissões, que socialmente não são ditas para elas.

Nesse sentido, trazemos algumas discussões sobre a invenção que estamos condicionados quando pensamos em profissões que são socialmente privilegiadas e quem pode e tem ocupado esses espaços. Quando falamos de atribuição profissional para as mulheres negras discutimos a ideia de invenção e construção social, pois, ao passarmos pelo período de escravização algumas profissões foram impostas às mulheres negras e, isso tem seguido até os dias de hoje. Esse artigo tem sido um diálogo entre as autoras, as professoras negras que conversamos e algumas intelectuais negras como: Oyèrónké Oyèwùmí, Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro, dentre outras, que em seus escritos têm nos ajudado nesse caminhar.

## **O QUE FIZEMOS EM NARRATIVAS?**

A pesquisa que deu origem às inquietações e problematizações discutidas neste artigo é uma pesquisa de Mestrado em Educação Matemática, que teve como modo de produção as narrativas de quatro professoras negras que atuam, como formadoras, nos cursos de Licenciatura em Matemática em Universidades Públicas de Mato Grosso do Sul. Selecionamos essas professoras por meio de um formulário eletrônico, que foi enviado via e-mail para 38 professoras que são formadas em Licenciatura/Bacharel em Matemática, e atuam no curso de Licenciatura em Matemática das Universidades Públicas do Mato Grosso do Sul. Pedimos que elas declarassem como se viam, em termos raciais, na nossa sociedade.

A partir das respostas que obtivemos, por meio do formulário eletrônico, realizamos as conversas, presenciais e via chamadas de vídeo, com essas professoras, com o intuito de investigar como foi/foram os processos de formação delas e, de que maneira as questões raciais e sociais perpassam e perpassaram suas trajetórias.

Para produzir as narrativas, elaboramos um roteiro semiestruturado com um conjunto de questões disparadoras, que serviram para mobilizar as professoras a refletir e nos falar sobre o processo de constituição de educadoras da Área de Matemática no ambiente universitário, ou seja, queríamos que as professoras negras selecionadas

contassem um pouco dos seus processos de formação. Entendemos que essa narração é um complemento do processo de se constituir professora de Matemática, ou seja, é também um processo formativo. No entanto, essa narração não engloba todo esse processo e sim um recorte da sua experiência que elas escolheram narrar. Ao narrarem sobre si e suas trajetórias para tornarem-se formadoras de pessoas que ensinam matemática, entendemos que as mesmas estão se constituindo e refletindo sobre suas práticas. Nesse sentido, as narrativas assumem um papel político, de pertencimento, de luta, de adequação, de conformação e de enfrentamento. Portanto, o processo de narrar-se é também um ato de produzir-se em sociedade, em ação no mundo, nas relações de poder que nos atravessam, (Jørgensen, 2022).

Com as entrevistas realizadas e transcritas, solicitamos que as professoras selecionadas escolhessem um nome que tivesse algum significado ao longo da sua trajetória. Mas, não era obrigatória essa escolha, elas ainda poderiam optar por: se deixariam o seu nome real ou se mudariam.

*Dandara* possui graduação em Matemática, Bacharel, por uma Universidade Pública da Bahia, logo em seguida cursou Mestrado em Matemática Pura também por uma Universidade Pública da Bahia e, hoje ela é doutora em Matemática Pura por uma Universidade Pública de São Paulo.

*Carla* possui licenciatura em Matemática por uma Faculdade Pública do Paraná, em seguida fez o curso de Mestrado em Educação Matemática por uma Universidade Pública de São Paulo e, após um tempo, fez Doutorado em Educação Matemática por uma Universidade Pública de São Paulo.

*Carolina* possui graduação em Licenciatura em Matemática por uma Universidade Pública de Mato Grosso do Sul, fez Mestrado em Matemática Pura por uma Universidade Pública de São Paulo. É docente em uma Universidade Pública de Mato Grosso do Sul. Está cursando o Doutorado em Educação por uma Universidade Pública de Mato Grosso do Sul.

*Marielle* é formada em Licenciatura em Matemática por uma Universidade Pública do Rio de Janeiro, possui Mestrado em Educação Matemática por uma Universidade Pública de São Paulo, cursou Doutorado em Educação Matemática por uma Universidade Pública de São Paulo, com um estágio de um ano em uma Universidade Estadunidense.

Utilizamos o conceito de Interseccionalidade para que pudéssemos elencar alguns

marcadores sociais e unidades de análise nessas narrativas. É importante pontuar que, segundo Ribeiro (2018) e Akotirene (2019), o conceito de Interseccionalidade, como uma conceituação, vem ganhando força há um bom tempo, no Movimento Feminista Negro. Além disso, tem sido utilizada como uma ferramenta que busca capturar as consequências estruturais desses sistemas discriminatórios - raça, classe, gênero e outros - que criam desigualdades básicas que estruturam as posições de poder no corpo social. Ela, a Interseccionalidade, vem sendo utilizada para analisar e, ao mesmo tempo, combater as múltiplas opressões que compõem a sociedade. A Interseccionalidade, portanto, visa “dar espaço tanto para as experiências sociais quanto para as perspectivas de grupos multiplamente discriminados” (Pereira, 2021, p. 450).

Essa conceituação nos permite denunciar e analisar as desigualdades raciais e sociais e, para além disso, evidenciar como as violências ocasionadas por elas podem contribuir com a (re)produção de exclusões. Pois, “a Interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo” (Akotirene, 2019, p. 19).

Com esse conceito, como já foi dito, fizemos o levantamento de algumas categorias de análise e dentre elas, a questão das profissões mais comumente atribuídas às mulheres negras foi fortemente elencada nas narrativas e será problematizada a seguir.

## **MULHERES NEGRAS E AS SUAS PROFISSÕES: DA INVENÇÃO AO PERTENCIMENTO**

Estamos vivendo reivindicações postas desde que os Movimentos Feministas surgiram, em que temos lutado para que as mulheres ocupem os mesmos espaços, que ganhem os mesmos salários, que tenham o mesmo reconhecimento, que sejam valorizadas em suas escolhas profissionais, tal qual um homem tem sido, tem ocupado e tem recebido. Mas, uma das questões que temos que fazer quando buscamos por essa equidade é: de que mulher estamos falando? Estamos buscando essas melhorias para todas as mulheres? O Feminismo Negro, pensou nisso quando discutia que as demandas do Feminismo não englobavam todas as mulheres da sociedade, que não se tratava de um grupo homogêneo, com demandas homogêneas. Nessa discussão ficou escuro que não tem como pensar em igualdade de gênero sem levar em consideração e, sem fazer um recorte em que raça esteja presente.

“É preciso melhorar nossa análise das mulheres e da formação de classes para

refinar nossas percepções”. Mulheres? Que mulheres? Quem se qualifica para ser mulher nesse ambiente cultural e em quais bases elas devem ser identificadas? Tais questões são legítimas se quem pesquisa leva a sério a construção das categorias sociais e tem em conta as concepções locais da realidade (Oyèwùmí, 2021, p.47).

E, mais uma vez, a alegada universalidade ocidental interpreta quais são as demandas sociais de um grupo de mulheres, e supõe que a organização social de uma cultura pode interpretar essas experiências culturais para explicar sobre outros grupos de mulheres, por exemplo, as mulheres negras. Dizer que todas as mulheres têm conseguido alcançar determinados espaços de poder é um dos maiores eufemismos que a nossa sociedade tem vivenciado e vem vivenciando ao longo do tempo.

Pensando na História do Negro no Brasil, nos parece certo dizer que temos vivido e propagado uma universalidade colonizadora em que categorizamos e enquadramos as mulheres negras em determinados espaços, em que a servidão é destinada a elas, “de um modo geral, a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação ‘profissional’: doméstica e mulata” (Gonzalez, 2020, p. 59). Nosso histórico nos diz que os espaços socialmente privilegiados, que os homens ocupam, não são espaços para mulheres e, que se porventura algumas mulheres os alcancem, elas de modo algum serão negras.

Infelizmente, no Brasil ainda vivemos em uma realidade com números pouco expressivos quando falamos da presença de mulheres negras no poder. E, quando falamos em poder não estamos apenas mencionando lugares como a bancada parlamentar, mas também a falta de representatividade de mulheres negras na televisão, a falta de bonecas negras com preços acessíveis, a falta de representatividade de mulheres negras em consultórios médicos como médicas. Estamos falando da falta de mulheres negras em diversos espaços, porque parece que sempre que as mencionamos estamos falando da sua ausência, da falta e, dificilmente as colocamos/tornamos pertencentes a esses espaços, em que haja a oportunidade de saírem do lugar de servidão inventado.

Várias pessoas têm dificuldade em apreciar mulheres negras da maneira que somos, porque querem impor uma identidade em nós, baseada em vários estereótipos negativos. Esforços difundidos para continuar a desvalorização da mulheridade negra torna extremamente difícil, e muitas vezes impossível, para mulheres negras, desenvolver um autoconceito positivo. Afinal, somos diariamente bombardeadas por imagens negativas. De fato, uma força opressora forte tem sido esse estereótipo negativo e nossa aceitação dele como modelo viável a partir do qual podemos padronizar nossa vida (hooks, 2020, p. 144).

Inventamos algumas padronizações em que colocamos e estipulamos quais lugares as mulheres negras poderão ocupar/exercer socialmente, e isso fica ainda mais explicitado quando fazemos um recorte para as profissões que são ditas para as mulheres negras. Essas mulheres sempre foram tratadas como mercadorias, sendo classificadas para trabalhos no campo, na casa grande ou como objeto sexual.

As professoras participantes desta pesquisa, no entanto, transpuseram esses locais tradicionalmente ocupados por mulheres negras no Brasil. Todavia, isso não se deu e não se dá sem que a ocupação delas nesses espaços seja contemplada como inusual, incomum, excepcional. A fala de uma das autoras e Marielle, por exemplo, expressam suas angústias quando mencionam o seu incômodo quando frequentam lojas, pois, a sociedade as enxerga sempre nessa posição de servir o outro, e até mesmo ao fato de atribuir a elas certas profissões, que são ditas para as mulheres negras. Elas, mulheres negras, não podem ocupar/exercer outros espaços?

**Thays** - *Recentemente, eu fui em uma loja no shopping da minha cidade (Campo Grande/MS) e estava com várias roupas em meu braço, estava à caminho do provador. E, uma mulher me abordou e perguntou: “Oi, onde fica o caixa?”, inocente respondi: “Olha, não sei! Mas, acho que fica no segundo andar...”. Foi nesse momento que ela percebeu que eu não era funcionária pois, fala me/se questionando: “Aaaah, você não trabalha aqui?!”*

**Marielle** - *Essa coisa de atribuir a faxina, a limpeza, o garçom, a certas pessoas, parece que a pessoa, necessariamente, tem que ser daquela profissão. Sempre atribuem para profissões mais baixas, não desmerecendo as profissões, mas pensando numa cadeia de profissões, são as que ganham menos. E a pessoa não pode ser um empresário, um médico, um professor...*

Quais profissões são ditas para mulheres negras e de que modo se estabeleceu essas hierarquias? É possível responder essa questão quando olhamos para o nosso histórico de servidão que durou de forma legal por 388 anos, e que permanece em nossa sociedade, ainda que adaptado. A atribuição das profissões de serviço/servidão às mulheres negras é o reflexo da escravização nos dias de hoje.

Isso é analisado em Hillesheim (2004), que argumenta que temos uma divisão tradicional sexual do trabalho em sociedades ocidentalizadas de maneira geral, contudo, no cenário brasileiro, essa divisão está para além do sexo. Pois, nesse contexto o trabalho tem sido organizado de acordo com o gênero e raça. Fazendo mais sentido, portanto, analisar a divisão sexual e racial do trabalho, cabendo às mulheres negras, o trabalho doméstico, a servidão. Esses processos podem ser entendidos como hierarquias de gênero e raça que são utilizadas socialmente como forma de poder entre os sexos e entre as raças.

Se pensarmos o gênero e a raça como categorias de uma construção social, e que essa invenção tem sido utilizada para descrever, como diz Oyèwùmí (2021), o significado de ser homem e mulher, e fazendo um paralelo com a nossa realidade o que é ser mulher negra no Brasil. Essa invenção tem colocado as mulheres negras em papéis de subordinação universal.

Quando não trabalha como doméstica, vamos encontrá-la também atuando na prestação de serviços de baixa remuneração (“refúgios”) nos supermercados, nas escolas ou nos hospitais, sob a dominação genérica de “servente” (que se atente para as significações a que tal significante nos remete) (Gonzalez, 2020, p. 59).

Mulheres negras SÓ servem para serem empregadas domésticas, SÓ podem ser atendentes de lojas, SÓ podem ser garçonetes, SÓ podem ser babás, mulheres negras SÓ podem... Essas limitações as quais os corpos femininos e negros estão condicionados são também consequências da estruturação de classes decorrente do sistema capitalista, o qual tem organizado a sociedade em diversas dimensões. Nesse sentido, Almeida (2020), convida à discussão acerca do caráter social e político da economia, que tem repercussões no que o autor chamou de racismo estrutural. Ribeiro (2018) menciona em seus escritos que quando reduzimos as mulheres negras a determinados papéis, estamos retirando sua humanidade e as transformamos em objetos, que não se espera que performem outras profissões e assim ocupar/exercer outros espaços. Afinal, a racionalidade capitalista demanda condições subjetivas, atravessadas por dinâmicas de gênero e de raça, que são transmitidas à sociedade o tempo todo, materializando-se como práticas naturalizadas.

Na sociedade brasileira, por exemplo, é muito comum as telenovelas apresentarem personagens negras em atividades laborais pouco remuneradas e super exploradas (Santos; Cipriani, 2021; Almeida, 2020). Esse racismo estrutural em que as mulheres negras são submetidas, tomou maiores proporções devido ao Mito da Democracia Racial, que organiza a sociedade brasileira baseada em uma ideia equivocada de que a miscigenação da população garante uma convivência pacífica e fraterna entre as pessoas, independente de questões raciais. Esta ideia não encontra respaldo na realidade, visto que o Brasil se estrutura por meio de práticas ocidentalizadas, sendo assim, de acordo com Oyèwùmí (2021), o corpo tem um papel central nas formas de organização social:

As maneiras pelas quais as pessoas conheciam seus lugares no mundo estavam relacionadas com seus corpos e as histórias desses corpos, e quando violavam as prescrições para esses lugares, seus corpos eram punidos, muitas vezes, de forma espetacularizada. O lugar de alguém no corpo político era tão natural quanto a localização dos órgãos em um corpo e a desordem política (era) tão

antinatural quanto a mudança e o deslocamento desses órgãos (Oyèwùmí, 2021, p. 28).

O racismo enquanto uma articulação ideológica e um conjunto de práticas (Gonzalez, 2020) tem sido bastante eficaz estruturalmente, pois tem estabelecido uma divisão racial do trabalho. O que chama a atenção nisso tudo é que as mulheres negras já internalizaram, e isso tem mudado aos poucos, quais são os seus espaços profissionais, pois a história cumpriu o seu papel em propagar narrativas em que mulheres negras estarão sempre no papel de servidão, e Carla e Marielle mencionam isso em suas falas e, na fala de uma das autoras também. Enquanto o racismo se naturaliza como discursos de exclusão, quem ele exclui é tratado como objeto e não como sujeito, e tem a sua história contada por outros, sem direito a voz própria.

Gonzalez (2020, p. 58) não mentiu quando disse “ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação<sup>8</sup>, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão”. Pois, quando condicionamos as mulheres negras a serem empregadas, estamos forçando-as a ficarem nas posições não valorizadas na hierarquia social.

O discurso que vem sendo propagado há tempos é que para subverter a opressão e simultaneamente ter ascensão social, o caminho é a educação. Somente o conhecimento poderia oportunizar posições superiores às que as mulheres negras vêm sendo colocadas, sendo esse o discurso de salvação por meio da educação formal bastante difundido. Ao mesmo tempo que esse tem sido o caminho, o que temos que despir nesse trilhar tem apagado muitas das identidades a ponto de não se reconhecerem mais. Carla endossa isso ao afirmar que,

**Carla** - *Eu andei analisando friamente, para mim isso tem muito a ver com a ideia de pertencimento. Porque, pensa bem, você escuta a vida inteira: “Aqui não é o seu lugar!”, “Sai para lá, sua negrinha...”, para você estar ali você tem que mostrar que está ali.*

Nesse sentido, a educação formal também tem seu papel no mencionado racismo estrutural e conseqüente apagamento das subjetividades atravessadas de gênero e raça,

o sistema educacional é usado como aparelhamento de controle nessa estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis de ensino brasileiro - elementar, secundário, universitário - o elenco das matérias ensinadas [...] constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a

---

<sup>8</sup> A terceira discriminação que Gonzalez (2020) menciona é a classe social.

memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo, foram ou são ensinados nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou ao negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra (Nascimento, 1978 *apud* Gonzalez, 2020, p. 39).

Pensar que a educação é um direito de todos, faz com que questionemos: quais tipos de corpos têm se beneficiado das oportunidades educacionais? Nossas narradoras compreendem o acesso à educação formal como estratégia que as possibilitou alcançar certa mobilidade social, afinal, a universidade não era um espaço ao alcance delas:

**Dandara** - *Eu morava perto da Universidade, meus pais até hoje moram perto, dava para ir andando. A gente passava e dizia: “Poxa, isso não é da nossa realidade”.*

Portanto, mesmo elas tendo ascendido por meio da educação, mesmo tornando-se exceção, isso não deixa de ser excludente também.

Alia-se nesse processo de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do continente africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esse processo denominamos epistemicídio (Ribeiro, 2019, p. 62).

Gonzalez (2020, p. 39) menciona em seus escritos que à medida que ia aprofundando seus conhecimentos, cada vez mais rejeitava a sua condição de negra. Ela acredita, e concordamos com ela que “a criança que continua seus estudos e que por acaso chega ao ensino superior já não se reconhece mais como negra”. O que estamos dizendo é que a escola como espaço de oportunidades educacionais para a ascensão, perde ou não constrói uma identidade negra, se adaptando à identidade da branquitude. E, com o passar do tempo esses espaços se tornam espaços de silenciamento ao ponto de uma professora da universidade ser questionada sobre o seu pertencimento naquele lugar. Carla menciona que essa falta de pertencimento acaba afetando a autoestima das mulheres negras, pois isso faz com que ela questione se aquele lugar pode ser ocupado por ela, também.

**Carla** - *Mexe com a questão da autoestima, e isso é muito forte! Não sentir que você merece, ou que você não tem capacidade para estar ali. É como se você tivesse que estudar três vezes mais que o outro, para garantir que você merece*

*esse espaço. Se não, não merece! E, a coisa não termina...*

Não é de hoje que sabemos que a mulher negra para firmar seu lugar em espaços de poder precisa mostrar o quanto estudou e como é capacitada para estar ali. Em contrapartida, a outra parcela da sociedade precisa apenas ser branco para que a qualificação seja validada. Isso é vivenciado em diversas profissões e mais evidente em posições valorizadas social e economicamente, como discutido em Machado (et al, 2021). As pessoas que estão em posições de privilégios sociais não abrirão mão deles, pelo contrário criarão mecanismos para mantê-los e a educação tem sido uma boa ferramenta para nos colocar em nossos lugares, mas “que lugar é esse?” (Gonzalez, 2020, p. 90).

E isso se faz notar em diversas áreas profissionais, especialmente àquelas que conferem melhor posição social, política e/ou econômica. O processo de exclusão pode não ser compulsório, mas se dá na reiterada reafirmação do não pertencimento àquele espaço.

**Carolina** - *Eu nunca sofri preconceito diretamente, mas eu percebia. Quando eu dei aula na Universidade particular era um pouco mais. Eu lecionava nas Engenharias, não diretamente, alguém falar para mim, mas eu percebia o jeito de olhar dos alunos, o jeito de responder com um pouquinho de desprezo. Eu percebia a diferença entre responder uma professora que não é negra e uma professora que é negra, o jeito, o tom de voz, sabe?! Eu nunca tive diretamente, mas meio que embutido essas coisas a gente percebe.*

Ao percebermos o cenário em que vivemos, o espaço acadêmico, essa ausência também é significativa, pois apesar da capacitação, a seleção racial se mantém como um dos mecanismos mais eficientes para segregar quais são os corpos mais aptos para ocupar/exercer o espaço acadêmico. Carolina explicita isso, quando menciona que é vista como incapaz para ocupar/exercer esse espaço, que ser mulher negra implica que ela não pode ser professora universitária.

**Carolina** - *Por que ela não pode ser professora? Só porque ela é negra? Por que ela não pode ter esse lugar? Esse lugar não pode ser ocupado por ela, por quê? Então, é complicado. A pessoa está ali, e a limitar a uma profissão inferior, que julgam inferiores [...] Quando você vai para uma classe social um pouco mais alta, pelo menos é o que a gente percebe, tem dificuldades de aceitação: “O que esse negro está fazendo aqui? Uma negra conseguiu ser professora universitária?”, dizer que aquele lugar não pode ser ocupado por uma pessoa que eles acham que não merece.*

Durante um bom tempo, acho que até hoje, as Universidades são pensadas como algo fora da realidade para estes corpos. Talvez seja, pelo fato da Graduação ser uma instituição para poucos, e esse pouco é branco! Mesmo após mais de uma década de

expansão das universidades públicas no Brasil e a implementação de práticas de ações afirmativas, essa inclusão não foi suficiente para reparar séculos de exclusão.

Não precisamos ir muito longe basta nos responder essa pergunta: durante a sua escolarização quantas professoras ou professores negros você teve? Refletindo sobre a sua resposta, saberá como a universidade tem inventado quais corpos devem ocupar/exercer esse lugar. Podemos dizer que o mundo que é apresentado nas escolas e nas universidades é o dos brancos, em que a cultura ocidentalizada era e ainda é vista como superior, e o ideal a ser seguido.

O que Carolina nos diz é que precisamos desnaturalizar o olhar racista das pessoas, criar estratégias para a ocupação e naturalização de pessoas negras nestes espaços e lugares. E, isso tem sido o maior desafio da nossa sociedade, porque na autoimagem que o Brasil circula o “negro é quase invisível” (Gonzalez, 2020, p. 68).

Essas práticas são tão fundantes e estruturantes das dinâmicas sociais, que mesmo os profunda e irrefutavelmente afetados pelo racismo estrutural, acabam reproduzindo a cosmo percepção que também os atravessa:

**Dandara** - (...) *assim, eu fui buscar um giz que eu tinha esquecido e, ele estava esperando a moça que entrega. Porque fica sempre uma moça para entregar, e ele disse: “Você poderia me passar o controle?”, e eu disse: “Mas, não sou eu que dou, é a moça que deve ter saído...” e, ele falou: “Aaaaaah! Então, você é minha colega de trabalho?”. Ele como preto, esperou que eu fosse uma pessoa que estivesse servindo e, não uma professora!*

Dandara menciona em sua fala que seu colega de trabalho, um homem negro, não a enxergou como pertencente ao espaço universitário como professora. E, esse apagamento feito pelo próprio negro afirma que o processo de embranquecimento que o homem negro sofreu e sofre nos dias de hoje, faz com que ele não consiga ver a mulher negra pertencente aquele espaço, ao qual ele ocupa também. A narrativa de que a mulher negra sempre estará no papel de servidão é também uma condição que além dos brancos, o homem negro também propaga (e que talvez a própria mulher negra também propague), como podemos ver/ler no excerto da Dandara. Para que o homem negro ao longo da História do Brasil conseguisse o mínimo, que fosse, de ascensão seja ela econômica ou social, ele precisou inviabilizar e negar a existência do seu semelhante. Ou seja, as mulheres negras não são vistas em espaços de poder nem pelo branco, nem pelo homem negro.

Como considera que a negra é incapaz, inferior, não pode aceitar que ela exerça profissões “mais elevadas”, “mais dignas” (ou seja: profissões para as quais só

as mulheres brancas são capazes). E estamos falando de profissões consideradas “femininas” por esse mesmo “público” (o que também revela seu machismo) (Gonzalez, 2020, p. 218-219).

A nível de finalização, o que estamos dizendo é que vivemos em uma sociedade em que a divisão sexual e racial do trabalho tem sido a norma para classificar quais corpos deverão ocupar/exercer espaços de poder e, quais corpos serão condicionados à ascensão econômica e social. Ou seja, “que mecanismos foram utilizados pelas classes dominantes a ponto de neutralizarem a participação negra nos diferentes níveis da sociedade brasileira?” (Gonzalez, 2020, p. 42). Essa neutralização social que essas mulheres têm sofrido opera para que essa classe enfrente inúmeros e incontáveis preconceitos, exclusões e silenciamento, em diversos espaços que possam um dia ocupar/exercer.

### **UM PRÓLOGO: ONDE FOI PARAR A MATEMÁTICA NESTE ARTIGO?**

Para que seja possível modificar os olhares de servidão que precedem as mulheres negras precisamos “reconfigurar o mundo por meio de outros olhares [que] pode ser uma perspectiva poderosa, já que é capaz de gerar algum pertencimento que não seja a uma sociedade doente e desigual.” (Ribeiro, 2018, p. 139). As professoras que narram suas próprias histórias constituem-se e reconstroem-se enquanto pessoas que ocupam essa posição de formadoras de docentes que ensinam matemática. A potência da narrativa não se resume ao que pode ser feito para produção acadêmico/científica sobre um tema, no caso aqui, as problemáticas de gênero e raça experienciadas por estas quatro mulheres. Coadunamos com Jørgensen (2022, p. 13) que “o que está em jogo na narração de histórias é o pertencimento, o enraizamento e a agência em meio às condições sociais e materiais”. Nesse sentido os excertos expostos e analisados fazem emergir e remontam indagações acerca de quais espaços profissionais podem ser ocupados por mulheres negras no Brasil.

Concluimos que a superexploração do trabalho<sup>9</sup> é geralmente atribuída a determinadas formas de vida, determinados corpos. Então professoras universitárias negras, com formação em matemática, estariam ocupando espaços que a elas não pertencem? Não foi o foco deste artigo hierarquizar ou problematizar a dignidade e validade social/econômica de diferentes ocupações laborais, isso demandaria um outro

---

<sup>9</sup> Entendemos “Superexploração do Trabalho” como um termo/conceito que se tratar de uma forma de exploração mais perversa para as trabalhadoras negras, ou seja, grupos que são mais explorados que a média da sociedade.

tipo de esforço pois, afinal, a referida classe trabalhista, docência universitária, também enfrenta precarização e exploração. Contudo, é importante destacar o quanto as quatro professoras manifestaram unisonamente os enfrentamentos por serem percebidas como estranhas neste ambiente acadêmico.

A universidade é, portanto, apesar dos debates identitários que lhe são característicos, mais um espaço de funcionamento (talvez até de aperfeiçoamento) do racismo que estrutura nossas relações sociais, econômicas, culturais e políticas.

E a matemática? Ela não está em tudo? Onde ela foi parar neste artigo? Ou mesmo onde ela foi parar nas narrativas produzidas por essas quatro professoras com formação inicial na área e que atuam cotidianamente com seus conteúdos e práticas?

As quatro professoras não se aprofundam sobre a área na qual atuam como um empecilho ou mesmo um estímulo para as vivências de gênero e raça que enfrentaram ao longo de suas trajetórias de vida-acadêmica. Esta era até uma hipótese que tínhamos ao iniciar a pesquisa: que a matemática, enquanto conhecimento bastante valorizado na atualidade, seria um operante chave nas narrativas produzidas por estas professoras. Não foi o que conseguimos produzir. Certamente a escolha da carreira foi atravessada por um sem número de fatores, mas muitas delas apontam a carreira docente como uma das mais acessíveis apesar das resistências materiais, práticas e imateriais por elas enfrentadas.

Por fim, parece que este lugar a duras penas conquistado e que demanda ininterruptas ações de reafirmação do pertencimento delas, não se configura como o fato inquestionável de mobilidade e conquista, o que poderia até nos conduzir a uma armadilha de tomá-las como exemplo de que com muito esforço, dedicação e renúncia, quaisquer pessoas poderias alcançar melhores condições de vida. Em outras palavras, elas não endossam as ideias cínicas de meritocracia. As quatro indicam a necessidade de estarem sempre alertas, atentas, vigilantes, apesar de conhecerem e trabalharem com matemática, o que, em tese, as alçaria social, econômica e culturalmente.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade Feminismos Plurais**. São Paulo: Pólen, 2019.

- ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. [s.l.] Editora Jandaira, 2020.
- FERENC, A. V. F.; BRANDÃO, A. C. P.; BRAÚNA, R. C. A. Condições de Trabalho Docente em uma Universidade Pública. **Rev. Eletrônica Pesquiseduca**. Santos: v. 07, n. 14, p.358-384, 2015.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- hooks, b. **E eu não sou uma mulher?**: mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.
- HILLESHEIM, B. O Trabalho Doméstico: “O Serviço de Sempre”. Strey, Marlene N.; Cabeda, Sonia T. Lisboa; Prehn, Denise R. **Gênero e Cultura: Questões Contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. Cap. 2, p. 39-51.
- JØRGENSEN, K. M. / Storytelling, space and power: An Arendtian account of subjectivity in organizations. **Organization (London, England)**, v. 29, n. 1, p. 51–66, 2022.
- MACHADO, P. S. X. et al. / “Um pingo de feijão em uma panela de arroz”: racismo, trajetórias e perspectivas de mulheres negras no poder judiciário. **Revista Economia & Gestão**, v. 21, n. 59, p. 90–109, 2021.
- OYĚWÙMÍ, O. **A Invenção das Mulheres**: Construindo um Sentido Africano para os Discursos Ocidentais de Gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- PEREIRA, B. C. J. Sobre Usos e Possibilidades da Interseccionalidade. **CIVITAS - Revista de Ciências Sociais**. Rio Grande do Sul, v. 21, n. 3, p. 445-454, 2021.
- RIBEIRO, D. **Quem tem medo do Feminismo Negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SANTOS, D. M.; CIPRIANI, C. Gênero, classe e raça na televisão brasileira: uma análise das telenovelas “A cabana do Pai Tomás” e “Xica da Silva” a partir da hermenêutica feminista. **Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - VIRTUAL**, 2021. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/ij04/dayane-meira-dos-santos.pdf>. Acesso em: 15 set. de 2023.